

A temática africana no ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental

(The African theme in the teaching of history in the early grades of elementary school)

Laís Santos Augusto¹; José Pedro Toniosso²

¹ Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
lasaau@hotmail.com.br

² (O) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
jptoniosso@gmail.com

Abstract. *This article is about mandatory teaching of African and Afro-Brazilian history in the school curriculum from the early grades of elementary school that occurred in 2003 with the approval of Law 10,639, with the aim of increasing the focus on cultural, racial, social and economic diversity present in Brazil. Initially, we did a literature research and document analysis of educational legislation in order to contextualize the struggle of the black movement for social equality and achievement of citizenship, a process in which education has always occupied a prominent place. In this sense we investigate on the approach proposed in the textbooks that are used at the respective segment of education in public school units from Monte Azul Paulista, located in the state of São Paulo.*

Keywords. *History teaching; History and African and African-Brazilian cultures; Law 10,639/03.*

Resumo. *O presente artigo aborda a questão da obrigatoriedade do ensino de História Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar das séries iniciais do Ensino Fundamental, que ocorreu em 2003 com a aprovação da Lei nº. 10.639, com o objetivo de ampliar o foco sobre a diversidade cultural, racial, social e econômica presente no Brasil. Inicialmente, fizemos um estudo bibliográfico e análise documental da legislação educacional, de forma a contextualizar a luta do movimento negro pela igualdade social e conquista da cidadania, processo em que a educação sempre ocupou lugar de destaque. Nesse sentido, investigamos sobre a abordagem do tema proposto nos materiais didáticos que são utilizados naquele respectivo segmento de ensino, nas unidades escolares públicas do município de Monte Azul Paulista, localizado no interior do estado de São Paulo.*

Palavras-chave. *Ensino de história; História e cultura africana e afro-brasileira; Lei 10.639/03.*

1. Introdução

A temática africana no ensino de História se tornou obrigatória nos currículos escolares por meio da aprovação da Lei 10.639/03, que foi resultado da luta do movimento negro durante décadas. Historicamente, a população negra sempre esteve à margem da sociedade brasileira, e mesmo após a abolição não recebeu o apoio necessário para que fosse incluída no exercício da cidadania. Essa população discriminada e excluída era descendente dos africanos que, embora tenham sido violentados e arrancados de seu ambiente natural, quando do período da escravidão, trouxeram consigo histórias e culturas, que contribuíram muito para a formação do Brasil.

Nas lutas do movimento negro no início do século XX a educação ocupava lugar de destaque nas reivindicações, e embora concebendo significados diferentes, era vista como estratégia capaz de proporcionar oportunidades iguais entre negros e brancos na sociedade. Esta luta não se limitou durante aquele período, se estendendo para as décadas seguintes, gerando avanços e conquistas, como na década de 1980, quando inúmeras pesquisas sobre a temática africana no ensino brasileiro, que trouxeram explicações para o fracasso escolar do negro, constatando a inadequação do currículo escolar oferecido, no qual predominava o eurocentrismo.

Nesse sentido, o presente artigo é resultado de análise documental, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do ensino de História; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da Educação Étnico-Racial e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Também realizamos um estudo de materiais didáticos utilizados nas séries iniciais do Ensino Fundamental em escolas de um município do interior do estado de São Paulo, a fim de constatar como está sendo desenvolvido o ensino sobre a citada temática no currículo escolar.

2. Movimento negro e educação: um breve histórico

A conquista da cidadania negra, não ocorreu de forma compulsória, inclusive no que se refere ao campo da educação. Nesse sentido, observa-se que na década de 1930 o movimento negro teve um complexo trabalho a desenvolver, com ações e lutas pela igualdade entre negros e brancos. Segundo Gonçalves (2000, p. 336-337), “as revoltas que dominaram *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 2 (1): 183-195, 2015.

praticamente por todo o período da escravidão no Brasil de organizações sociais forjadas pelos escravos rebeldes, conhecidas como quilombos, reaparecem na era republicana sob a forma de movimentos sociais”.

No início do século XX a educação foi uma das principais reivindicações dos movimentos sociais negros brasileiros e na cidade de São Paulo tais movimentos assumiram proporções imensas. A herança do passado escravista marca profundamente as experiências da população negra no campo da educação, no qual crianças negras eram afastadas dos bancos escolares para poder trabalhar e auxiliar na manutenção da família (GONÇALVES E SILVA, 2000, p. 139).

Conforme Pinto (1993, p.28), o movimento negro sempre tentou e continua tentando alterar o quadro em que se encontra este segmento da população no plano social e educacional, empenhando para que ela se instrua e eduque. Considerando esse movimento como referência ou indicador da atitude do negro contra as desigualdades, notou que a educação sempre esteve no centro de suas preocupações.

Segundo Gonçalves (2000, p. 337), a educação sempre ocupou lugar de destaque nas reivindicações dos movimentos negros, embora concebida com significados diferentes, é vista como estratégia capaz de equipar os negros aos brancos proporcionando oportunidades iguais no mercado de trabalho, também era vista como veículo de ascensão social, integração e instrumento de conscientização, onde os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, a cultura e valores, a partir disso reivindicar seus direitos políticos, sociais, á diferença e respeito humano.

O movimento negro e as associações fundadas na época contaram com a ajuda da imprensa negra ativa e combativa que divulgava as atividades, abrindo espaço para produções literárias do negro, com debates sobre as questões educacionais, a importância da educação para a superação dos problemas enfrentados pelos negros.

Segundo DOMINGUES (2006, p.105):

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento

negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo.

A década de 1930 foi uma época de muito ativismo, contexto em que a educação era vista como sinônimo de instrução, buscando combater a situação de inferioridade e miséria vivida pela população negra. Conforme Pinto (1993, p. 29), surgem críticas às autoridades por não terem se preocupado com a educação dos negros após a abolição, havendo uma busca constante de soluções para reverter as situações.

Segundo Ianni (1987, p. 116 *apud* TONIOSSO, 2011, p. 19), a criação da Frente Negra Brasileira tinha como objetivo a elevação moral, artística, técnica, profissional, intelectual, assistencialista, proteção e defesa social, econômica, jurídica e do trabalho da população negra. O negro procurava nesse momento organizar o seu comportamento tanto no campo educacional ou em outras dimensões da vida social, pelos modelos da sociedade branca dominante.

De acordo com Pinto (1993, p.29), na década de 1940 e início da de 1950, observa-se nos eventos promovidos pelo movimento negro uma crescente preocupação com uma cultura específica do negro e sua identidade, começam a se preocupar com os conteúdos escolares e com as relações raciais no cotidiano escolar. Nos jornais da época, são encontrados alguns artigos denunciando escolas que recusavam crianças negras, professores que as tratavam de maneira preconceituosa, o que deu origem a um fenômeno que iria se tornar cada vez mais presente na luta do negro, na busca da afirmação de sua identidade no empenho de mostrá-lo como participante, capaz de lutar pelos seus direitos e que muito contribuiu para o engrandecimento do país.

Essas ações se estendem pelas décadas de 1970 e 1980, quando o movimento negro empenhou-se em tornar realidade à antiga reivindicação de introduzir a disciplina de Estudos Africanos nos cursos de primeiros e segundo graus.

Segundo Pereira (2008, p.259), durante muito tempo acreditou-se que o fracasso escolar de crianças negras estava relacionado à classe social do alunado, ao nível de instrução da família, a necessidade de conciliar trabalho e estudo. Nos anos de 1980 começaram a ser realizadas pesquisas específicas sobre a presença do negro na escola, e assim outras explicações para o fracasso escolar foram encontradas, entre elas a inadequação do currículo escolar, a postura dos professores frente a alunos de diferentes origens raciais, a inadequação dos temas abordados nos livros didáticos.

Esta falta de identificação e desestímulo da criança negra em frequentar a escola resultaria no fracasso escolar, que tinha como causa a inadequação dos currículos aos valores, crenças, história de vida, identidade sociocultural dos alunos negros. Assim a História passa a ser vista como um elemento central para a formação tanto da identidade individual como coletiva, fundamental para a construção de uma memória positiva e de uma autoestima elevada.

3. A implementação da Lei 10.639/03: impactos no ensino de História

A valorização da História como disciplina central no processo de formação da identidade a partir da década de 1980, resultou no desenvolvimento de inúmeras pesquisas sobre a temática africana no ensino brasileiro.

De acordo com Oliva (2009, p.144), o ensino sobre a história da África no Brasil, até meados da década de 1990, pode ser considerado insignificante, pois o continente africano foi sempre retratado de forma secundária, associado ao período marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos, processos do imperialismo e colonialismo no século XIX e da independência dos países africanos, na segunda metade do século XX. A partir de 1996 o ensino de História passa por uma evidente modificação com a entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 - Lei nº. 9394/96 - e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da área de História, em 1998, que indicavam uma aproximação, mesmo que frágil, com os estudos africanos.

No PCN de História (BRASIL, 1997, p.5), um dos objetivos gerais do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais (...)”.

No artigo 26, § 4º, a LDB, determina que o ensino de História do Brasil nas escolas deveria “levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia”.

Entre os objetivos específicos desta disciplina, um dos mais relevantes é o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (BRASIL, 1997, p.26).

No PCN de História para o segundo ciclo do Ensino Fundamental, no eixo Organizações e lutas de grupos sociais e étnicos é proposto que os alunos estudem “ as diferenças e semelhanças entre grupos étnicos e sociais, que lutam e lutaram no passado por causas políticas, sociais, culturais ou econômicas (BRASIL, 1997, p. 69).

Para Oliva (2009, p. 147), essas são pequenas aproximações que o PCN faz para o estudo da História da África, pois em vários trechos ficam caracterizados por indicações de abordagens superficiais, insuficientes e pouco específicas sobre esta temática.

No entanto, para Gebran; Luvizitto; Ponciano (2010, p.81), os objetivos presentes no PCN reforçam a construção do aluno cidadão, que valorizam o respeito ao outro, a solidariedade, o repúdio as injustiças, a pluralidade cultural e condenam qualquer forma de discriminação.

Para potencializar esse processo, em janeiro de 2003 o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº. 10.639, que tornou obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos públicos e privados da educação básica. Esta Lei trata-se de uma alteração da Lei 9.394/96, e deve ser compreendida como uma vitória das lutas do movimento negro em prol da educação (GOMES, 2008, p.67).

Desta forma, desde 2003, a LDB passou a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

A Lei nº. 10.639/03 incluiu também na LDB o artigo 79-B, o qual determina que "o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

Segundo Oliva (2009, p. 154), os conteúdos associados aos estudos africanos administrados anteriormente até esta data da aprovação da Lei 10.639/03, sofreu uma clara confrontação com a promulgação da Lei Federal que alterou a Lei 9394/1996 e

principalmente com o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) (CNE/CP 03, 2004, de 10. 03. 2004), transformado na resolução 1, de 17 de junho de 2004.

Em 2004, houve a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN), quando o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer elaborado pela conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves Silva, transformado em Resolução na data do parecer citado acima.

Os redatores desta DCN orientam que a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana nos currículos escolares da Educação Básica é de decisão política e com fortes repercussões pedagógicas. Para a aplicação dessa Lei 10.639/03 na prática pedagógica é necessário ter clareza que o Art. 26-A acrescido à Lei 9.394/1996, vai além da inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico- raciais, sociais, pedagógicas, nos procedimentos de ensino e nas condições oferecidas para a aprendizagem. Com esta ação reconhece que além de garantir vagas nas escolas para a população negra, é preciso valorizar devidamente a História e a Cultura Afro- Brasileira e Africana, reparando danos causados á direitos e identidade desta população à cinco séculos (BRASIL, 2004, p.17).

Também é destacado que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana não tem a intenção de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano e sim ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Sendo assim, a DCN para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana oferece algumas orientações sobre o que os estabelecimentos e sistemas de ensino de todos os segmentos, inclusive de Ensino Fundamental, precisam providenciar o que inclui o uso de materiais didáticos em que esteja presente o "registro da História não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais" (BRASIL, 2004, p.23).

Nessa direção, para poder desenvolver a proposta de ensino prevista na Lei 10.639/03 é necessário providenciar a:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26 A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico- racial da nação brasileira,

corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC- Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). (BRASIL, 2004, p. 25).

Segundo Gebran; Luvizitto; Ponciano. (2010, p.76), de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), os professores e diretores das escolas públicas do Brasil devem estar atentos a algumas considerações e reflexões sobre a importância de um olhar crítico e mais cuidadoso em relação aos conteúdos, relacionados a grupos historicamente discriminados, em especial, a população negra, presentes em determinados livros didáticos.

4. O ensino de História Africana e Afro-Brasileira no Ensino Fundamental.

Nessa categoria de análise procuramos observar como é realizada a abordagem dos conteúdos relacionados ao ensino de História Africana e Afro-Brasileira nos materiais didáticos que são utilizados nas séries iniciais do ensino fundamental nas unidades de ensino público do município de Monte Azul Paulista, localizado no interior do estado de São Paulo.

No citado município, no que se refere à educação pública, este segmento de ensino é oferecido exclusivamente em três escolas municipais, nas quais desde o ano de 2009 são utilizados os livros didáticos do Sistema de Ensino Aprende Brasil, publicados pela Editora Positivo de Curitiba, PR. As apostilas são enviadas às escolas por bimestre, assim são editados quatro volumes por ano.

Os materiais analisados são correspondentes ao ano letivo de 2012 e 2013 e referem-se aos volumes correspondentes ao 4º e 5º ano, especificamente na disciplina de História.

Por meio da análise do material do 4º ano foi possível perceber que estão presentes temas relacionados à história africana e afro-brasileira, somente nas apostilas do 1º e 3º bimestre correspondentes ao primeiro e terceiro volume.

No primeiro volume identificamos a existência de uma abordagem sobre a história da África, na qual os alunos têm a oportunidade de aprender sobre aspectos gerais do continente africano no século XVI, como a diversidade de povos, hábitos e costumes. Também é abordado como os portugueses chegaram naquele continente, com a inclusão de um mapa do percurso realizado e as regiões exploradas. Neste mesmo volume é abordado também sobre a captura dos africanos e como eram trazidos para serem escravizados no Brasil. O que

percebemos, no que se refere aos que viviam livres na África, a abordagem é superficial, com uma indicação genérica sobre a forma como viviam e atividades que realizavam.

Em uma das atividades propostas na apostila encontramos obras de Johann Moritz Rugendas, todas do século XIX, como “Negros no porão do navio”, “Mercado de negros” e “Engenho de açúcar”. Nesta atividade os alunos deveriam observar as imagens e depois relacionar o local a que se refere e a situação vivida por cada pessoa com os textos apresentados ao lado.

Todos os assuntos presentes neste volume sobre a temática africana são abordados de forma superficial, não é solicitada uma pesquisa ou um aprofundamento em relação aos assuntos apresentados. Em algumas atividades propostas na apostila, percebemos que é solicitado aos alunos uma breve interpretação de trechos de documentos da época da escravidão e a leitura de um texto sobre o racismo, instigando os alunos a perceberem a importância da luta pela igualdade entre os seres humanos e a valorização das diferentes culturas.

No terceiro volume do terceiro bimestre encontramos uma abordagem sobre o trabalho escravo, através de um texto com explicações simples é explicitado o que era o trabalho escravo e o trabalho livre e descrito como viviam os escravos nas senzalas. Nesse aspecto está presente uma pergunta que o professor pode fazer para a sala durante a explicação do texto buscando realizar um levantamento do conhecimento prévio dos alunos sobre se todos os grupos escravizados aceitavam a sua condição e castigos passivamente também é solicitada a observação da obra “Fuga de escravos” de François Auguste Biard, de 1859. O que constatamos é que esta atividade contribui com a proposta citada acima, levando os alunos a refletirem sobre porque existia a fuga dos escravos.

Como foi citado anteriormente neste trabalho a partir de 2003 a Lei nº. 9394/96 passou a vigorar acrescida do artigo 79-B, que incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro, como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

Essa questão é apresentada nas Diretrizes Curriculares na seguinte orientação:

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade. (BRASIL, 2004, p.21)

Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 183-195, 2015.

No que se refere a esta orientação, observamos no material analisado uma abordagem sobre a resistência de alguns negros em não aceitarem a escravidão, por meio de um curto texto denominado “A formação dos quilombos”, porém com enfoque bem superficial e linguagem bastante simples. É proposta a observação de um mapa que mostra as várias regiões do Brasil, onde existiram os quilombos. Nesta atividade os alunos têm a oportunidade de perceberem como era a formação dos quilombos, como viviam as pessoas que habitavam essas localidades.

Especificamente sobre o Quilombo dos Palmares, notamos uma abordagem bem resumida sobre sua construção, de qual engenho eram os escravos que habitavam esse quilombo de maior extensão territorial. No entanto, não é solicitado nenhum estudo e não se encontra nada a respeito da vida e morte de Zumbi dos Palmares. Da mesma forma, sobre o dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, não encontramos nenhum texto de estudo ou atividade que provoque a reflexão do que representa essa data.

Nas apostilas do 5º ano identificamos apenas no 1º volume do 1º bimestre a inclusão de assuntos relacionados ao tema analisado. Nesta apostila é apresentada a “Abolição da escravatura” e “Movimento Abolicionista”, sem que haja qualquer aprofundamento. Com textos em linguagem simples, é abordada a luta pela abolição, as leis criadas para que isso acontecesse, como a “Lei do Ventre Livre” e a “Lei dos Sexagenários”, além da pressão dos ingleses sobre o governo imperial brasileiro para que a escravidão acabasse.

Sobre a Lei Áurea, é proposta uma atividade para os alunos lerem uma fac-símile da citada Lei e depois responder às questões que tem por finalidade fazer os alunos observarem quem assinou o documento, qual o local em que esse documento foi assinado e qual o seu significado. Sobre a princesa Isabel, só é exposto que ela é filha de D. Pedro II e que assinou o documento em 13 de maio de 1888 por que o pai estava fora do país. Encontramos também um retrato da princesa pintado por Jose Irineu de Souza, que recebe o nome de “Princesa Isabel” e foi pintado em 1888.

Outras atividades presentes e solicitadas pela apostila são a releitura de trechos dos textos trabalhados, nos quais as crianças devem identificar as quais leis cada trecho se refere. Nesta atividade notamos a cobrança de uma memorização das datas de criação das leis, cujo teor são abordados de forma bem resumida e superficial, deixando muitas perguntas e poucas respostas. Também há a proposta de uma atividade em que os alunos devem ler o trecho de

um artigo de autoria de Joaquim Nabuco em um jornal publicado em 1888, e depois identificar na notícia o que estava acontecendo naquela época.

Outra atividade interessante é a que pede que o aluno imagine que é um jornalista de 1888 e que foi contratado para escrever um artigo sobre a abolição da escravatura. Depois os artigos devem ser apresentados para a classe para que cada aluno observe e compare o seu com os dos demais colegas.

Estas atividades propostas, ainda que não aprofundem nos temas a serem trabalhados, permitem que os alunos reflitam sobre a luta a favor da abolição e a condição do afro-descendente na atualidade, com a indicação da leitura de um depoimento do rapper Marcelo Santos sobre a situação do negro no Brasil hoje.

A apostila é como se fosse um roteiro a ser seguido, com as temáticas a serem trabalhadas, mas o aprofundamento de cada assunto não é possível notar nos textos apresentados, assim cabe ao professor ter conhecimento sobre as temáticas e explicá-las a seus alunos.

5. Considerações finais.

Diante dos dados analisados, conclui-se que o processo de luta e reivindicações do movimento negro pela igualdade trouxe benefícios não só no campo educacional, mas em setores distintos da sociedade. Com a aprovação da Lei 10.639/03, houve uma ampliação do foco no currículo escolar, o que gerou uma confrontação com o ensino desenvolvido anteriormente. Nos materiais didáticos analisados nesta pesquisa, nota-se uma abordagem sem aprofundamento dos assuntos relacionados á temática em questão. Assim torna-se indispensável o conhecimento dos professores a respeito da legislação que torna obrigatório o ensino de História Africana e Afro-Brasileira, sobre os conteúdos pertinentes a esta temática e, também, sua importância para a formação dos alunos.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (Lei 9.394/96): 6. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 183-195, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em 14 mar 2014.

DALFRÉ, Liz Andréa. História. In: MONTE AZUL PAULISTA. Prefeitura Municipal. **Ensino Fundamental: 4º ano; 3º série**. Curitiba: Positivo, 2008. v.1, p. 1- 22.

_____. História. In: MONTE AZUL PAULISTA. Prefeitura Municipal. **Ensino Fundamental: 4º ano; 3º série**. Curitiba: Positivo, 2008. v.3, p. 1- 22.

_____. História. In: MONTE AZUL PAULISTA. Prefeitura Municipal. **Ensino Fundamental: 5º ano; 4º série**. Curitiba: Positivo, 2008. v.1, p. 1- 30.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GEBRAN, Raimunda Abou; LUVIZITTO, Caroline Kraus; PONCIANO, Deize Dense. Proposta curricular de história: considerações acerca da história e da cultura afro – brasileira. **Educação em Revista**, Marília v.11,n.2, p.75 - 94 jul/ dez, 2010. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/2322/1907>>. Acesso em: 20 jul.2014.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.**

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325–346.

GONÇALVES, Luiz Aberto O; SILVA, Petronilha Beatriz G. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, nº 15, p. 134-158 set/dez, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o Prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História**, 2009, vol. 28, n.2, p.143-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742009000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 jun. 2014.

PINTO, Regina P. Movimento Negro e Educação do Negro: a ênfase na identidade. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 2 (1): 183-195, 2015.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 86, p. 25-38, ago. 1993. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2014/GT14_2_2002.pdf>. Acesso em: 27 mar.2014.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. O ensino e a pesquisa sobre a África no Brasil e lei 10.639. In: LOS ESTUDIOS afroamericanos y africanos em América Latina: herencia, presencia y visiones del outro. Córdoba, Buenos Aries: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/cea-unc/20121213121955/15nun.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2014.

TONIOSSO, José Pedro. **Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana: da legislação à prática docente**. 167 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro Universitário Moura Lacerda, 2011. Disponível em: <www.mestradomouralacerda.com.br/> Acesso em: 27 fev. 2014.